

INTRODUÇÃO

Estas breves considerações foram apresentadas na Escola de Guerra Naval, em novembro de 2006, no VI ENEE, como introdução ao tema título, apresentado pelo NEST/UFF.

Nelas o autor propõe a apresentação de suas idéias na ordem inversa - a Sociedade, com seus valores e patrimônio, é que constitui o Estado para organizar a vida em comum, incumbindo-lhe, inclusive, estruturar a Defesa Nacional.

Enfatiza, então, o quanto é necessário alertar esta Sociedade para que tenha a consciência política voltada a pensar em defesa e procura demonstrar que, a despeito de já termos dois documentos oficiais expressando uma Política de Defesa Nacional, a rigor não se pode falar efetivamente em “política de defesa”, quando as ações e decisões tomadas não demonstram seguir-se o que está expresso naqueles documentos.

SOCIEDADE ATUAL

O que mais interessa conhecer, efetivamente, é a sociedade atual, ente real, com suas qualidades e defeitos. Embora ajude a compreender alguma coisa, saber como aconteceu no passado, quando já ocorreu e não se pode voltar atrás, não é o mais relevante. Além do mais, é importante considerar que a visão anterior não era a visão de hoje e o certo e o errado modificam-se com a época de seu acontecimento, tornando inócua julgar fatos pretéritos com a moral corrente, ou especular em como seria se tivesse sido de maneira distinta.

A nossa sociedade presente, a que pertencemos com satisfação e prazer, com a qual nos preocupamos, deriva de sociedades tribais, habitantes originais da terra, de

¹ Ex-Ministro da Marinha. Presidente do Conselho Acadêmico do NEST. O texto reproduz a intervenção no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro / RJ, em 9 de novembro de 2006.

outros intrépidos desbravadores, vindos do mar, que se estabeleceram pela conquista, alargaram o território, importaram outros homens para o trabalho e todos se foram mesclando mais ou menos intensamente, combinando genes e culturas e dando origem a um novo conjunto com características próprias e bem definidas.

COMO SOMOS HOJE

Poucos se dedicam a efetivamente identificar nossos traços principais. Isto foi mais comum no princípio do século passado, mas os modismos intelectuais mais recentes dão mais valor à crítica acre aos defeitos, ou supostos defeitos, obliterando, em boa parte, a visão do que é positivo e mais importa.

Não me posso alongar agora nessa análise e, por isso, sirvo-me de testemunhos e constatações sintéticas de gente de fora.

Ao final dos anos 60 do século XX, quando cursava a pós-graduação em Monterey, Califórnia, EUA, conheci jornalista inglês prestes a se transferir para o Brasil, a serviço de jornal americano. Quando regressei, quase três anos depois, aqui o reencontrei já perto do retorno, tendo por finda sua missão. Pedi-lhe para me falar de sua percepção sobre o país. Disse-me tê-lo surpreendido extraordinariamente, após o haver visitado exaustivamente, de norte a sul, de leste a oeste, indo aos mais longínquos rincões. Resumiu-o como lugar de gente trabalhadora, de patriotismo convicto, sem diferenças de língua, nem o mais leve dialeto, sem antagonismos entre grupos, com uma cultura basicamente comum, apesar das dimensões continentais e do tamanho populacional.

Outra definição, constante dos registros da Marinha. Ao início dos anos 90, fomos procurados por autoridades da Namíbia, recém independente, chefiadas por Ministro de Estado, com o propósito de nos solicitar auxiliá-los na formação da ala naval das forças de defesa de seu país. Perguntados sobre quais as razões para nos escolherem, responderam de pronto: além de termos boa marinha, havíamos, como eles, conhecido as dificuldades de ser colônia e – notem bem – não éramos imperialistas.

Temos aí, talvez, dois dos aspectos fundamentais de maior relevância. Não somos propriamente uma sociedade plural, como há quem deseje preservar. Melhor ainda, somos unidos em um contínuo miscigenado em todas as dimensões, apegados a nossa pátria, de boa índole e desejosos de viver em paz com os outros povos, dentro de um espírito de respeito mútuo.

AUSÊNCIA DE PENSAMENTO POLÍTICO

Apontados pontos altos dos traços de nossa sociedade, precisamos fixar os olhos em seus defeitos correntes, pois aí se encontram os aspectos que demandam atenção e cuidados.

Com um nível educacional médio muito baixo, falta-nos o espraiamento de cultura geral, sem o qual a visão se limita ao ambiente próximo, incapaz de alcançar além do horizonte. E para lá é que se precisa voltar o pensamento político-estratégico, hoje praticamente inexistente.

À falta de capacidade de a massa adotar tais pensamentos por sentimento próprio, fica-se na dependência de lideranças políticas e intelectuais. As primeiras, contudo, em sua declarada maioria, têm o mesmo perfil da própria massa. Restam as intelectuais, onde também o problema é sério.

Em nossos primórdios, quem adquiriu conhecimentos o fez no estrangeiro. As inovações tecnológicas vinham e, via de regra, continuam vindo de fora. Rapidamente, criou-se a mentalidade de que bom só o estrangeiro, menosprezando-se e dificultando-se esforços nacionais, inclusive os bem sucedidos. Isto resultou em subserviência intelectual, mesmo de quem se diz nacionalista, agravada, nos últimos tempos, pela influência ideológica da moda.

Mascaram-se, assim, os verdadeiros problemas e, com muita freqüência, até em estudos alentados, distorcem-se as conclusões, buscando o mimetismo de soluções alienígenas, inclusive, de forma maniqueísta, identificando-se em tudo e qualquer coisa uma suposta luta de classes.

Novamente, pela exigüidade de espaço, deixo de prosseguir nesta argumentação e passo a fazer uso de exemplos reais para demonstrar a inexistência de pensamento político-estratégico nacional. Faço uso de situações no campo da defesa, que é de nosso tema básico.

O domínio de tecnologia avançada, de forma independente e soberana é essencial na estruturação das forças e instrumentos de defesa.

A Marinha, nas décadas de 70/80, adquiriu quatro fragatas e um submarino de projeto estrangeiro, construídos no exterior. Com os mesmos projetos, aqui se fizeram mais duas fragatas e quatro submarinos, o último deles já introduzindo significativas alterações ao projeto original. A experiência assim conquistada e muita dedicação permitiram dar um novo passo a favor da defesa nacional, com o projeto e construção de quatro corvetas brasileiras e o início de projeto de submarino inteiramente nacional. No processo, iniciou-se a construção de uma quinta corveta com vários melhoramentos introduzidos no projeto.

Passa-se o tempo. O Estado não propiciou meios para a consolidação do processo. A quinta corveta, depois de doze anos, não consegue ser finalizada e o projeto do submarino nacional parece esquecido. Ao invés, fala-se da compra no exterior de novo projeto de submarino e construção de algumas unidades, graças a financiamento externo oferecido pelos interessados na venda. Ouvem-se notícias, também, sobre a compra de projeto francês para a construção de navios-patrolha.

Houve retrocesso, sem dúvida. Porém, o mais preocupante localiza-se na falta absoluta de reação da sociedade e de suas lideranças, que nem mesmo se dão ao trabalho de discutir a matéria, até para, se for o caso, discordar dos caminhos anteriores ou dos atuais. E nem usei como exemplo a situação das pesquisas e sucessos já alcançados no campo da tecnologia de propulsão nuclear e de enriquecimento de urânio, constantemente ameaçados de abandono.

ESTRUTURA DE DEFESA NO ESTADO

Há cerca de oito anos procedeu-se à grande reestruturação do Estado no tocante à defesa nacional, com a criação do Ministério da Defesa. Embora propalada como iniciativa destinada a aumentar a eficiência do sistema de defesa, baseou-se, principalmente, em motivação política de outra natureza.

Desde então, pouco ou nada se construiu no sentido de aproveitar os benefícios do ministério unificado. É nítida a pouca relevância atribuída à pasta que pode, até mesmo, ser acumulada por longo período e só aparece em evidência quando há problemas na aviação civil, cujo controle lhe é vinculado.

Uma vez mais, o maior questionamento se dirige à falta de reação da sociedade, de suas lideranças e dos meios de divulgação, para os quais parece nenhum problema existir.

Dentro do próprio Ministério, o esforço de alguns de seus membros mais dedicados acaba resultando em pouco efeito, não raro constituindo-se em meros exercícios burocráticos, tais como a elaboração de copiosa documentação sobre defesa, de valor duvidoso pelo fato de não ser fundamentada em vontade política nacional ou, ao menos, do Estado brasileiro.

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Em 1996 editou-se a Política de Defesa Nacional. Quem frequentou os bastidores de sua elaboração sabe que o incentivo para a produzir distanciava-se bastante da real intenção de cuidar da defesa.

Já em 2005 foi revista e, conquanto denominada de nova Política de Defesa Nacional, é praticamente a mesma anterior, com mudanças de palavras, arranjos e introdução de uns poucos e discutíveis conceitos.

Para demonstrar essa alteração de conceitos e a distância entre o que diz o documento PDN e as verdadeiras políticas (ou ausência de políticas) do Estado, reproduzo inserções em recentes palestras que proferi no Instituto de Geografia e

História Militar Brasileiro e no âmbito do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

Em relação a conceitos:

PDN 2005: “5. OBJETIVOS DA DEFESA NACIONAL

As relações internacionais são pautadas por complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das Nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades.

Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região”.

PDN 1996: “3.1. Do exame das situações acima, emerge a necessidade de se explicitarem prioridades estratégicas específicas, decorrentes do interesse nacional e dos objetivos básicos da defesa nacional”.

PDN 2005: “6.1 A atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito”.

PDN 1996: “4.1. O escopo de atuação do Estado brasileiro na área de defesa tem como fundamento a obrigação de prover segurança à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito”.

Em relação à dissonância entre palavra e vontade:

PDN2005: - “É prioritário assegurar a previsibilidade na alocação de recursos, em quantidade suficiente, para permitir o preparo adequado das Forças Armadas”.

PDN 2005 e1996: - “Garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País”.

PDN2005: “III - aperfeiçoar a capacidade de comando e controle e do sistema de inteligência dos órgãos envolvidos na Defesa Nacional”;

PDN1996: “n. aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito”.

Acima está a enfática documentação denominada de política. Na realidade, entretanto, eis o que diz relatório do Ministério da Defesa:

Gestão da Política de Defesa Nacional
Ministério da Defesa
Gerente: José Fernando Depireux Brasil

“...seis projetos básicos, desenvolvidos nas três forças. Assim, os recursos disponibilizados tiveram que atender a cada um deles. Fica claro que para cada projeto foram destinados pouquíssimos recursos.”

“Já na ação Implantação do Sistema de Comunicações Militares, a impossibilidade de serem alocados mais recursos para a ação inviabilizou a implantação do SISCOMIS. Mantendo-se a média histórica de alocação de recursos, o SISCOMIS terá seu prazo de implantação estendido de 15 a 20 anos, entendendo-se que dentro desse prazo deverá haver revisões da base tecnológica”.

“A ação Sistema de Comando e Controle apresenta os mesmos problemas descritos acima. Mantendo-se a média histórica de alocação de recursos, o SISMC2 terá sua implementação inviabilizada. Foram alocados pouco mais de 1% das necessidades para desenvolvimento normal do projeto”.

Ou seja, não há uma política efetiva.

CONCLUSÃO

Em síntese, vemos que há problemas no que tange a Defesa Nacional e o tratamento a ela proporcionado pelo Estado brasileiro e suas lideranças.

A causa mais profunda, entretanto, localiza-se em falhas de capacidade da sociedade, que nem mesmo sente a necessidade de se defender.

Esta sociedade, que apresenta qualidades de características inigualáveis é produto de sua ascendência, a quem deve tudo de bom. Não deve justificativas ou desculpas para eventuais erros cometidos no passado, de onde não herdou dívidas. Seu compromisso é com o futuro e para enfrentá-lo com propriedade precisa ter suas dificuldades corretamente identificadas.

Isto compete ao grupo de pessoas habilitadas pela educação e o conhecimento, que precisa expandir-se o mais rapidamente possível. Este papel cabe, em essência, à academia, onde seus membros, todavia, necessitam libertar-se dos vícios da subserviência intelectual aos pensamentos importados, aos vínculos ideológicos de qualquer matiz, ao domínio do “politicamente correto”, à atribuição de responsabilidade pelos nossos problemas a terceiras pessoas, de fora ou de dentro, ou ao passado. Ao contrário, precisa fazer dominar o espírito de que cabe a nós próprios, a ninguém mais, conhecer o verdadeiro conteúdo de nossos problemas, encontrar e adotar para eles soluções adequadas ao ambiente brasileiro. Deve-se admitir a existência de antagonismos, pois é natural na humanidade e estar preparado para os enfrentar com dignidade e afinco, sem esperar a benevolência dos opositores, mas sem os invectivar por isso.